

“A ÁGUA VALE MAIS QUE O MINÉRIO”: IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DA IMPLANTAÇÃO DE UM MINERODUTO NA MICRORREGIÃO DE VIÇOSA-MG E A CONSTRUÇÃO DA RESISTÊNCIA

“THE WATER WORTH MORE THAN ORE”: SOCIAL AND ENVIRONMENTAL IMPACTS OF IMPLEMENTATION OF THE PIPELINE IN THE MICROREGION OF VIÇOSA-MG AND THE CONSTRUCTION OF RESISTANCE

Lucas Magno - Doutorando em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina.
lucasgeoufv@gmail.com

RESUMO: O objetivo do trabalho é discutir os conflitos ambientais ocasionados pela implantação de um mineroduto na Zona da Mata de Minas Gerais, analisando os possíveis impactos socioambientais do empreendimento e as ações coletivas de resistência dos atingidos. Como procedimentos metodológicos adotaram-se: análise da cobertura midiática regional e de documentos produzidos pelos atores sociais contrários ao empreendimento, entrevistas semiestruturadas com atingidos e observação participante nas reuniões populares, audiências públicas e das manifestações sociais. Os resultados têm apontado que o processo de licenciamento ambiental do empreendimento está provocado diversos conflitos ambientais entre as populações locais e movimentos sociais contra o poder público e empresa, e sua implantação é potencializadora de outros conflitos ligados ao risco de desabastecimento hídrico de Viçosa, uma vez que o mineroduto pode trazer impactos significativos no principal manancial que abastece esse município da Zona da Mata mineira.

ABSTRACT: The objective of this paper is to address the environmental conflicts arising from the construction of the pipeline in the Zona da Mata of Minas Gerais, analyzes the social and environmental impacts and the collective action of affected. The following techniques were collected to collect data: content analysis of media coverage of regional and of the documents productions for social actors, semi-structured interview with the affected and participation observation in the in meetings, hearings and public demonstrations against the construction of the pipeline. As results of this study show that the pipeline construction has generated several conflicts among communities, the State, social movements and the corporation, and the construction of the pipeline is understood as a focal point for conflicts connected with of the risk of failure of the water in Viçosa, because the pipeline is getting several impacts for river of the municipality in the Zona da Mata of Minas Gerais.

PALAVRAS-CHAVE: mineroduto, conflitos ambientais, Zona da Mata mineira.

KEYWORDS: pipeline, environmental conflicts; Zona da Mata of Minas Gerais.

Eixo 4: Agroenergia, Mineração e Impactos Socioambientais

INTRODUÇÃO

O estado de Minas Gerais, desde o início do novo milênio, está diante de um panorama marcado pela crescente presença de grandes empresas nacionais e transnacionais, com forte apoio institucional e financiamento do Estado articulado nas diferentes esferas do governo. Este cenário está permitindo a realização de grandes blocos de investimentos, através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), mediante o que na esfera estatal é designado

como a lógica da criação de novos polos de desenvolvimento articulados entre si, envolvendo empreendimentos industriais, agroindustriais e obras de infraestrutura e logística.

Essa lógica de investimentos integrada que se espalha em Minas Gerais em empreendimentos como, por exemplo, o da Usina Hidroelétrica de Candonga e os das Pequenas Centrais Hidrelétricas Fumaça e Emboque, nos municípios de Santa Cruz do Escalvado, Diogo de Vasconcelos e Raul Soares (Zona da Mata mineira - ZM), respectivamente, e que servem para produzir energia para as mineradoras transnacionais Novelis, Samarco e Vale, localizadas na região do Quadrilátero Ferrífero, que, por sua vez, estão construindo dutos subterrâneos para o transporte do minério de ferro até os portos dos estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo para escoá-los para a China; traz embutido o discurso do crescimento urbano e regional, do desenvolvimento econômico e social do país e o de sua integração ao processos da globalização.

A materialização dessa proposta desenvolvimentista do Estado no âmbito local, segundo Harvey (2005), se dá por meio da “acumulação por espoliação”, entendida como a retomada, mas de forma reformulada, da acumulação primitiva do capitalismo. Segundo o autor, a acumulação por espoliação exhibe agressividade na expropriação de inúmeras atividades da vida social no interior das próprias sociedades capitalistas e tem o aval do Estado. Ou seja, as características da acumulação primitiva descritas por Marx não se encerram na “etapa original” do capitalismo, ao contrário, elas se reconfiguraram e estão presentes nos dias atuais e podem ser observadas através de diferentes perspectivas, quais sejam: na expulsão de populações do campo e na formação de um proletariado sem-terra, na privatização de recursos naturais, na supressão de formas alternativas de produção e consumo, na substituição da agropecuária familiar pelo agronegócio, dentre outras.

Para Harvey (2005, p. 121) o conjunto formado entre poder estatal, crédito e financiamento internacional tornou-se um importante meio de depredação socioambiental, e o Estado “(...) com seu monopólio da violência e suas definições de legalidade, tem papel crucial no apoio e na promoção desses processos”, já que a acumulação por espoliação pode ser interpretada como custo necessário rumo ao desenvolvimento e integração no sistema mundial.

No entanto, mesmo diante desse cenário desenvolvimentista, ainda há resistências das populações locais, e são justamente elas que colocam novos desafios teórico-metodológicos aos pesquisadores para a compreensão do novo contexto de expansão do capitalismo global.

Ainda de acordo com Harvey (2005, p. 134), simultaneamente à acumulação por espoliação, pode-se observar a deflagração de “(...) batalhas políticas e sociais e (...) vastos golpes de resistência”, que são expressões de movimentos antiglobalização ou que buscam “uma outra

globalização” (SANTOS, 2004) espalhadas por todas as regiões do mundo, embora elas estejam mais concentradas no sul, isto é, nos países em desenvolvimento. Tais lutas possuem natureza e articulações complexas, de cunho socialista, ambientalista, estadista, local, regional, etc.; ou ainda com variadas combinações entre elas. Essa tendência “multifacetada” e com várias orientações políticas dos movimentos sociais atualmente se contrapõe à ideia de “multidão homogeneizante” da luta de classe de outrora, embora, mesmo que em menor grau, alguns ainda mantenham esse conteúdo ideológico.

Portanto, para Harvey (2005, p. 138 - 139), nesse contexto temos a tarefa analítica de encontrar maneiras de reconhecer a importância das múltiplas identificações sociais em resposta às incursões capitalistas reformuladas, sem cair no reducionismo das análises “da minha comunidade”, “da minha luta”, “do meu local”, pois “o que perdeu em foco, o movimento ganhou em termos de relevância e de inserção da política na vida cotidiana” e, ao fazê-lo, “(...) encontrou grandes dificuldades para distanciar-se do local e do particular para compreender a macropolítica do eixo em torno do qual gira a acumulação por espoliação”.

E é o entendimento do contexto da expansão capitalista e da inserção econômica global do Brasil, e em particular do estado de Minas Gerais, através da acumulação por espoliação dos recursos naturais e também de surgimento de novos movimentos sociais, mais fragmentados, com novas frentes de lutas e articulados de forma mais complexa, que nos motiva trazer esse trabalho para o debate.

É importante destacar que esse é uma primeira tentativa de trazer as discussões que estão sendo desenvolvidas no âmbito do curso de doutorado do autor, no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGG/UFSC), e que estão em constante diálogo com as pesquisas desenvolvidas pelo Projeto de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens e Mineração (PACAB) da Universidade Federal de Viçosa (UFV), que participa da construção da resistência regional à implantação de projetos de infraestrutura na ZM. Tendo isso em mente, mais do que apresentar resultados conclusivos, o objetivo do trabalho é expor questões que norteiam uma pesquisa em andamento.

Contextualização do problema da pesquisa

Em 2008, a empresa Ferrous Resources S.A., de capital norte americano, inglês e australiano, inicia as primeiras visitas as áreas onde pretende implantar um duto de condução de minério de ferro, que atravessará 22 municípios entre os estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo (figura 1).

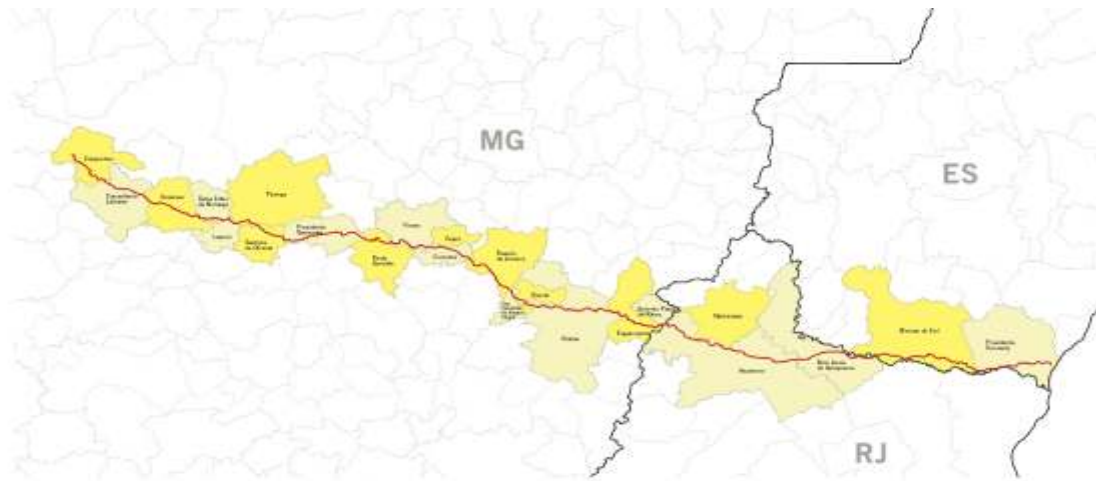


Figura 1: Trajeto do mineroduto - início em Congonhas, estado de Minas Gerais, e término em Presidente Kennedy, estado do Espírito Santo. Fonte: Brandt Meio Ambiente, 2010; AGB, 2012.

O trajeto do mineroduto inicia-se na cidade de Congonhas (MG) com destino ao município de Presidente Kennedy (ES), e é constituído, basicamente, de quatro elementos que articulam diferentes escalas geográficas para o desenvolvimento econômico: barragens hidrelétricas na Zona da Mata mineira (ZM) que fornecem energia para a Mina Viga, situada no Quadrilátero Ferrífero, de onde será extraído o minério de ferro (escala local); o mineroduto propriamente dito (escala regional) que transportará o recurso até o terminal portuário de águas profundas da empresa Ferrous em Presidente Kennedy que, por sua vez, o exportará para a China (escala global).

Com o intuito de minimizar impactos socioambientais em áreas urbanas, a empresa planejou a passagem do mineroduto pelas zonas rurais dos municípios afetados, que ela considerou serem vazias em termos demográficos, pouco produtivas economicamente e atrasadas em termos tecnológicos (BRANDT, 2010), critérios estabelecidos a partir de uma concepção urbana industrial do espaço geográfico. Portanto, esse empreendimento segue a lógica apresentada por Acselrad (2004a), qual seja: a de se instalar em lugares considerados periféricos para o capital industrial internacional.

No entanto, contraditoriamente ao cenário apresentado pelo empreendedor, as áreas rurais em questão têm como características principais as pequenas propriedades fundiárias, produção agrícola para o mercado regional e empenho de mão de obra familiar (IBGE, 2006). Assim, em conflito com a concepção do empreendedor, esse(s) território(s) apresenta(m) grande número de pessoas residentes nas zonas rurais que têm na natureza a base da reprodução de seus modos de vida e a garantia da segurança e diversificação alimentar.

Nesse contexto de integração inter-regional dos estados de Minas, Rio e Espírito Santo, preconizado pelo PAC e materializado com o mineroduto, as populações locais ameaçadas,

cheias de dúvidas quanto à viabilidade do empreendimento e também com relação à forma impositiva que ele está sendo proposto, começaram a se informar e questionar sobre os possíveis impactos socioambientais do projeto da Ferrous e sobre seus direitos, através de um intenso processo de mobilização e articulação com diversos atores e movimentos sociais das regiões afetadas. Dentre eles destaca-se o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), os sindicatos rurais e associações de moradores, a organização não governamental Núcleo de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens (NACAB), o Projeto de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens (PACAB) da Universidade Federal de Viçosa e a Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB/Viçosa).

Como resultado dessa articulação, iniciou-se uma intensa campanha na ZM, a “Campanha pelas Águas e Contra o Mineroduto da Ferrous” (CACM), de resistência para discutir a viabilidade socioambiental do projeto. Como resultado dessa organização social, foi realizada uma audiência pública da Comissão de Minas e Energia da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) em Viçosa, onde participaram várias autoridades ambientais municipal, estadual, federal e da sociedade civil; duas Assembleias Populares para discutir a questão com os ameaçados nos município de Viçosa e Paula Cândido; e também uma denúncia aos Ministérios Público Estadual e Federal sobre violações de direitos humanos e que se desdobrou numa audiência pública dos mesmos para averiguar as pendências do licenciamento ambiental e sobre as negociações feitas de forma impositiva na ZM.

Além disso, especificamente no município de Viçosa, a questão tomou proporções ainda maiores. Levando em consideração que, em pleno período chuvoso, a cidade teve o abastecimento de água comprometido por conta da capacidade do principal manancial hídrico que abastece o município, o ribeirão São Bartolomeu, estar no limite e que o trajeto do mineroduto vai ao encontro justamente das áreas das nascentes desse rio, a população viçosense está se mobilizando para realizar atos políticos para chamar a atenção das autoridades locais para o problema da água, o que envolve questionamentos sobre o empreendimento.

Portanto, nesse contexto, diferentes formas de apropriação do território provocaram embates em que, de um lado, tem-se uma concepção abstrata e econômica feita pela empresa Ferrous e, de outro, uma mais simbólico-cultural e ambiental, ligadas à reprodução de modos de vida e sociabilidades específicas e ao risco do desabastecimento hídrico de Viçosa, conduzida pelas comunidades ameaçadas e seus aliados.

Diante desse cenário de conflito sobre a apropriação e dominação do território, esse trabalho objetiva investigar quais foram as circunstâncias socioespaciais que proporcionaram a construção da resistência ao mineroduto na Zona da Mata mineira.

Metodologia

Em termos metodológicos partimos dos pressupostos da pesquisa qualitativa (HAGUETTE, 1992), a qual pressupõe captar a realidade a partir as representações sociais dos atores de diferentes territórios, que possuem consciência política, subjetividades e têm percepções diferenciadas das realidades vivenciadas, e que não são quantificáveis.

Utilizamos como método de pesquisa o estudo de caso que, conforme aponta Gil (2002), possibilita maior aprofundamento sobre um objeto, favorecendo um conhecimento mais detalhado do mesmo. Levando em consideração esse método, a área de estudo definida para as análises foi a ZM. Essa definição levou em conta o fato de ser esse o local onde se iniciaram as mobilizações contra o empreendimento.

Como técnicas para construção dos dados foram empregadas: a observação participante nas reuniões da CACM e nas mobilizações sociais; entrevistas semiestruturadas com os atores sociais da resistência; análises documentais de materiais produzidos pela CACM e, ou, assessores; e análises de matérias publicadas nos principais jornais de circulação regional e na internet (sites e blogs).

Tais técnicas foram empregadas no sentido de compreender as representações sociais a respeito do empreendimento na perspectiva dos atingidos e do empreendedor.

Para compreender e sistematizar a problemática desse trabalho, o mesmo foi dividido da seguinte maneira: primeiramente apresentamos os pressupostos teórico-conceituais para o entendimento da questão, posteriormente apresentamos o histórico das ações realizadas tanto pela Ferrous como pela CACM na região da ZM; para, por fim, tecer algumas considerações sobre o conflito e levantar algumas questões que serão desenvolvidas em análises posteriores.

ECOLOGIA POLÍTICA, JUSTIÇA AMBIENTAL E CONFLITOS AMBIENTAIS

A ecologia política enquanto disciplina científica começa a ganhar destaque na década de 1970, quando o capitalismo estava se consolidando como modo de produção global e o mundo presenciava a emergência de inúmeros problemas ambientais decorrentes dos projetos “desenvolvimentistas”. Em contraposição ao avanço econômico desenfreado, emergiram movimentos sociais questionando a alienação da “moderna” sociedade industrial em relação à natureza e a viabilidade socioambiental de tais projetos (ZHOURI, *et. al.*, 2005).

Entre esses movimentos, ganhou destaque o que lutava por justiça ambiental. Segundo Acselrad (2004b), a constituição desse movimento afirmou-se a partir das constatações de alguns estudos de caso sobre distribuição socioespacial desigual da poluição nas cidades, levando em consideração questões étnicas, raciais e de classe. Ainda segundo esse autor, sua datação foi registrada na década de 1980, muito embora nas décadas de 1960 e 1970 fosse possível perceber lutas sociais articuladas às questões ambientais e dos direitos civis.

Contra as iniquidades ambientais, o movimento por justiça ambiental, que nasceu nos EUA, ganhou a cena da luta pelos direitos civis e introduziu a temática da desigualdade ambiental na agenda de discussão do movimento ambientalista internacional. Contrariando a visão dominante da “modernização ecológica”¹, o movimento por justiça ambiental recorreu a formas inovadoras de produção do conhecimento baseadas na interdisciplinaridade e na cooperação internacional de movimentos ambientais como forma de organizar a resistência.

Acselrad *et. al.* (2004: 9-10), denominam justiça ambiental como:

(...) o conjunto de princípios que asseguram que nenhum grupo de pessoas, sejam grupos étnicos, raciais ou de classe, suporte uma parcela desproporcional de degradação do espaço coletivo. Complementarmente, entende-se por injustiça ambiental a condição de existência coletiva própria a sociedade desiguais onde operam mecanismos sociopolíticos que destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento a grupos sociais de trabalhadores, população de baixa renda, segmentos raciais discriminados, parcelas marginalizadas e mais vulneráveis da cidadania.

Com a internacionalização desse movimento o Brasil absorve rapidamente o seu conteúdo e o amplia para além das temáticas da contaminação química e do racismo ambiental, que marcaram o início do movimento por justiça ambiental norte americano. Aqui, no sul, é incorporado à temática, já na década de 1990, um conjunto de ações de movimentos sociais que há muito tempo estavam envolvidos com a justiça ambiental, embora eles não recorressem ao uso dessa expressão para designar suas lutas, como o caso do MAB.

Assim, no Brasil, o movimento de justiça ambiental congregou ativistas, populações afetadas por problemas de iniquidade ambiental, cientistas, sindicatos e simpatizantes que debateram uma articulação discursiva distinta da que dominava (e domina) a cena ambiental. Suas proposições iam ao confronto das que se baseavam numa perspectiva tecnicista da modernização ecológica e renegavam a cultura e a política como esferas intrínsecas à questão ambiental (ACSELRAD, 2004b).

¹ Segundo Acselrad (2004b), a modernização ecológica tende a promover ganhos de eficiência e a ativar mercados a partir da capacidade técnica de resolver a questão ambiental, evitando, através da tecnologia, as externalidades dos processos produtivos, sem abandonar o padrão de modernização.

As proposições desenvolvidas pela ecologia política, portanto, foram influenciadas por esse contexto de embate e debate entre práticas econômicas e as relações socioambientais de grupos subalternos, e discutem a degradação ambiental como produto de processos políticos, econômicos e culturais desiguais entre diversos atores com o meio ambiente, numa perspectiva histórica. Isto é, essa disciplina destaca os “atores ambientais”, globais, regionais e locais, e seus interesses específicos numa dada porção do espaço que, muitas vezes, são contraditórios e acabam por gerar os “conflitos ambientais”.

Laschefski e Costa (2008) enfatizam que a ecologia política dá destaque à questão territorial como resultado da relação de poder entre diferentes atores e o meio ambiente, e que ultrapassam a questão ambiental propriamente dita, envolvendo elementos culturais, sociais, econômicos e políticos.

O conceito de conflitos ambientais, portanto, vem sendo debatido a partir do surgimento dos movimentos por justiça ambiental, no interior da disciplina Ecologia Política e no seio do processo de construção do que está sendo denominado de “campo ambiental” - construído a partir do sentido conferido a campo de forças por Bourdieu (1983), um espaço social onde se constituem relações de concorrência e de disputas de poder entre os agentes nela situados e que tem como foco a luta pela apropriação e dominação da natureza² (ACSELRAD, 2004a; CARNEIRO, 2005; ZHOURI *et. al.*, 2005); e que o identifica a lutas sociais travadas em torno de elementos que constituem uma mesma base territorial e seus recursos naturais, porém exposta a distintas formas técnicas, sociais e culturais de apropriação e dominação.

Acselrad (2004a) é um dos autores que embasa essa proposição no Brasil. Ao discutir os conflitos ambientais, ele argumenta que o espaço é um recurso comum, porém exposto a distintos projetos e formas de apropriação material e simbólicas pelos diferentes grupos. Nesse sentido, os conflitos ambientais são entendidos como:

(...) aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaçadas por impactos indesejáveis - transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos - decorrentes do exercício das práticas de outros grupos (ACSELRAD, 2004a: 26).

² Segundo Carneiro (2005), todo campo tem uma *doxa*, que se refere à arena de discussões, acordada tacitamente, entre os dominantes (ortodoxia) e os dominados (heterodoxia) em um campo particular, e que são legitimadas dependendo do(s) capital(is) acumulado(s) em disputa. Com relação ao campo ambiental, a *doxa* é, segundo esse autor, constituída em torno da ideologia do desenvolvimento sustentável; e, nessa contenta, os dominantes são representado pelos agentes globais e públicos que têm capitais que os habilitam julgar e/ou contornar as externalidades dos processos produtivos, mediante o que é chamado de “ações mitigadoras”, e os dominados são os atores locais, por vezes aliados aos regionais, que têm nas suas histórias com os “lugares” a construção dos seus saberes ambientais e sustentabilidade territorial.

Os conflitos ambientais aqui tornados objeto de estudo são tratados, pois, deste ponto de vista: como um conceito que surge a partir de lutas por justiça ambiental, dentro da disciplina Ecologia Política e no âmbito de um campo definido como ambiental, tomado como campo de forças e de lutas, onde estão em disputas significados e representações a respeito da utilização dos recursos naturais.

E essa luta, segundo Ascelrad (2004b), se manifesta em dois planos: no objetivista e no subjetivista³. Enquanto que o plano objetivista revela as disputas de poder em torno dos recursos naturais (de)marcando territórios, o plano subjetivista é onde estão os distintos esquemas de representação do mundo. E é justamente nesse plano que se coloca a questão do jogo sobre a legitimidade da apropriação do meio ambiente, ou seja, do campo ambiental.

É na esfera simbólica onde se desenvolve a disputa pela legitimidade dos discursos. E essa legitimação vai depender da força de universalização dos discursos que, por sua vez, vai depender do *habitus* institucional (BOURDIEU, 2008), matriz legítima da cultura do bem comum da sociedade moderna.

Assim, indagar sobre os espaços simbólicos onde se desenvolvem o plano subjetivista dos conflitos ambientais significa ir ao ponto inicial aonde se instalam as condições de referência evocadas para legitimar acordos sobre apropriação e dominação territorial, e, no caso específico do nosso trabalho, sobre as práticas a serem consideradas sobre a apropriação e domínio do território em Viçosa e microrregião.

Tomando como referência esses pressupostos é que nos empenhamos na análise da dinâmica do conflito ambiental que envolve o movimento de resistência ao mineroduto na microrregião de Viçosa.

EMBATES SOBRE O USO E APROPRIAÇÃO DO TERRITÓRIO: “A CHEGADA DO ESTRANHO” NA ZONA DA MATA MINEIRA E AS RE(EX)SISTÊNCIAS SOCIAIS⁴.

A cronologia que segue foi feita baseando-se em documentos produzidos pela CACM e, ou, por atores sociais participantes da resistência como, por exemplo, o PACAB e a AGB/Viçosa; em notícias de jornais da região da ZM e de sites e Blogs, e também a partir de relatos de entrevistados. Nesse sentido, primeiramente, apresentaremos como foram sendo expostos

³ Ascelrad (2004b) faz essa distinção se baseando em Bourdieu (1994 *apud* ACSELRAD, 2004b), em que no primeiro plano (o objetivista) estão grupos sociais distribuídos no espaço social em função de sua disposição diferenciada de poder. No momento subjetivista, é onde se encontram as representações que os agentes fazem do mundo social. Com esse modelo analítico se pode vislumbrar a configuração de esquemas classificatórios da visão e divisão do mundo social. Ou seja, do princípio de “di-visão” (BOURDIEU, 2008).

⁴ O título do subtópico é uma alusão ao livro “A chegada do estranho”, de José de Souza Martins (1991) e à argumentação de Carlos Walter Porto Gonçalves (2006), sobre a visibilidade de movimentos de resistência no sistema-mundo-moderno-colonial, as quais, segundo o autor, tratam-se de lutas por reexistências sociais.

ao público os fatos com relação à implantação do mineroduto, e, posteriormente, como a população atingida foi absorvendo essas informações até o aparecimento do sentimento de indignação e a construção da resistência organizada.

O objetivo é compreender o encadeamento dos fatos sobre a implantação do empreendimento e como a população atingida representou o mineroduto, “o estranho” na ZM, e articulou a resistência com diversos atores sociais dos territórios ameaçados.

O mineroduto: “a chegada do estranho” na Zona da Mata mineira

O ano de 2008 marca o início dos fatos sobre a implantação do mineroduto na ZM. Esse foi o ano que, segundo dados da CACM, a Ferrous inicia os Estudos de Impacto Ambiental (EIA) para a construção do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), a partir da contratação de serviços de uma empresa consultora, Brandt Meio Ambiente Consultoria.

Na elaboração do EIA/RIMA os técnicos consultores da Ferrous construíram uma representação negativa das áreas “cortadas” pelo mineroduto na ZM. Ou seja, a representação conduzida pelos técnicos da Brandt via o território da ZM como atrasado tecnologicamente, pobre economicamente e pouco desenvolvido socialmente, adjetivações construídas levando em consideração uma concepção urbana e industrial de desenvolvimento. Nesse sentido, como “salvação” para ZM, os técnicos preconizavam a “redenção” ao mineroduto.

Percebemos, a partir das entrevistas com moradores das áreas rurais atingidas em Viçosa e microrregião, que para a construção dos dados e das representações depreciativas da ZM, os técnicos consultores da Ferrous não foram a campo fazer qualquer levantamento socioeconômico e ambiental, confirmando a tese de que as informações referentes à ZM foram construídas a partir de dados quantitativos e secundários e não tiveram uma avaliação qualitativa. Segundo uma entrevistada:

(...) a gente não sabia o que era. Aqui em casa não veio ninguém falar com a gente naquela época e nem pra avaliar a terra, ver as nascentes, pra nada. Só agora em 2010 que vieram aqui falar que eu vou ser atingida por esse negócio e que eu teria que assinar um documento de indenização para poder ganhar logo o dinheiro. Eles falaram que ia ser um cano de 45 cm que iam colocar aqui em baixo da terra, mas que não poderia plantar nada nessa área. Então, naquela época, a gente não sabia do que se tratava. Agora, depois que a gente vai se informando direitinho, a gente sabe o que realmente é. (Atingida pelo mineroduto em Viçosa, Minas Gerais, 2012).

Podemos argumentar que essa representação social da ZM construídas pelos “de fora”, tinha um claro objetivo de invisibilizar os atingidos. Isto é, as adjetivações depreciativas foram empregadas para justificar uma concepção de desenvolvimento que preconiza que “para os que nada têm, qualquer coisa serve”. Essa estratégia subjetiva é anterior à acumulação por espoliação propriamente dita, pois ela tem o objetivo de enganar a população atingida com

falsas promessas de emprego, indenizações altas e sobre a vida na cidade, ao passo que mostra para os empreendedores que não haveria resistência ao empreendimento, dado que a população não tem conhecimento técnico-científico para contestar. Trata-se, portanto, de uma primeira articulação subjetiva características de situações de conflitos ambientais envolvendo empreendimentos de infraestrutura, como apontado por Laschefski (2011).

As visitas às propriedades na ZM, como também é evidenciado no trecho da entrevista acima, acontecerem somente no ano de 2010, após o Governo de Minas Gerais decretar as terras “cortadas” pelo mineroduto como sendo de utilidade pública. Nesse momento, segundo documento de relatoria de reuniões da CACM e oficina com a população atingida sobre o histórico das ações para implantação do mineroduto na Zona da Mata mineira, foi quando a Ferrous começa com o assédio moral às famílias atingidas e a levantar quantas propriedades, de fato, seriam afetadas (figuras 2 e 3).



Figuras 2 e 3: Oficina da CACM com população atingida para resgatar o histórico das ações da Ferrous para instalação do mineroduto, bem como de outros projetos de mineração na ZM. Fonte: CACM; Arquivo Pessoal do autor, 2012.

O EIA/RIMA do empreendimento, tornado público em 2010, foi avaliado somente no ano de 2011 pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), tendo sido aprovada a Licença Prévia (LP) em 22 de junho do mesmo ano, após realização de Audiências Públicas consultivas na ZM (AGB, 2012).

Percebe-se, portanto, que o executivo estadual antecipa-se ao órgão ambiental federal, já adiantando os trâmites jurídico-burocráticos necessários para os processos de desapropriação e permissão para o empreendimento em Minas Gerais (AGB, 2012), mostrando claramente seu alinhamento com as empresas transnacionais intensivas na depredação do meio ambiente e na expropriação de comunidades rurais.

Quando da aprovação da LP, segundo documentos de relatorias de reuniões da CACM, é que o assédio moral às famílias atingidas se intensificou, inclusive com agentes da Ferrous pressionando os sindicatos rurais para cooptarem seus filiados e também pressionando os poderes públicos municipais a estarem apoiando o empreendimento. Foi nesse momento que a

Prefeitura Municipal de Viçosa deu apoio à Ferrous, e o prefeito e os secretários discursam em público e em prol do mineroduto e dos “benefícios” que o mesmo traria para a região. Frases de efeito como: “(...) sortudos são aqueles que têm o traçado do mineroduto em seus terrenos”, “(...) vão trazer muitos empregos para os viçosenses”, “(...) é o desenvolvimento chegando”, dentre outras, são constantemente evocadas pelos representantes do executivo de Viçosa, assumindo abertamente o mesmo discurso do empreendedor⁵.

É importante destacar que, até esse momento, a população da ZM não era convidada a debater o empreendimento, nem a participar das audiências públicas. As informações chegavam até elas com dados incompletos ou simplesmente não chegavam. O mineroduto, até então, era uma grande interrogação para a população. Quem sabia dos tramites burocráticos e das exigências era o empreendedor e os poderes públicos dos municípios atingidos, já que os mesmo têm que dar o aval para que o empreendedor possa fazer intervenções em seus territórios e são avisados, por força da lei e como parte dos trâmites do licenciamento ambiental, sobre a realização das audiências públicas.

Mesmo quando havia participação nas audiências, essa não era legitimada pelas autoridades presentes, ou os questionamentos levantados eram desconsiderados. Essas características marcam, segundo Rothman *et. al.* (2011), o início de um conflito. Isto é, falta de informação, dúvidas e mentiras são as primeiras características presentes em situações de conflitos ambientais. Rouse *et. al.* (2013, s/n) corroboram essa argumentação, quando colocam que:

O cenário conflituoso começou a ganhar seguimento, no dia quatro de novembro de dois mil e onze, quando a Ferrous realizou uma audiência pública em Viçosa, atendendo os municípios composto pela microrregião de Viçosa, para apresentar o EIA/RIMA do Mineroduto e ainda retirar dúvidas sobre a construção e passagem do empreendimento. Porém, na ocasião não houve uma discussão clara e aprofundada sobre a construção do empreendimento e nem foi dada a oportunidade para a maioria dos participantes fazerem perguntas, isto é, o público presente não conseguiu tirar suas dúvidas. Nesse sentido, a audiência causou frustrações aos ouvintes porque eles tiveram poucas oportunidades de questionar sobre a obra, uma vez que, o empreendedor não apresentou quais seriam realmente os impactos sociais e ambientais ocasionados pela a implantação do mineroduto, e isso fez com que os atingidos pelo mineroduto ficassem indignados com essa situação.

Mas, no final de 2011, após as audiências públicas e os assédios morais sofridos pelas famílias atingidas, o “tal do mineroduto” começou a incomodar. Ainda de acordo com Rouse

⁵ O discurso sobre geração de emprego e desenvolvimento econômico regional evocado pela empresa e pelo representante do executivo municipal é, no mínimo, questionável, já que este é um dos setores que gera menor número de empregos por unidade de capital, pois os empreendimentos minerários se colocam como enclaves, ou seja, como empreendimentos com reduzida capacidade de absorção de mão de obra, elevada concentração de capital e baixo desenvolvimento econômico geradores de alternativas de produção e trabalho no entorno. A esse respeito, consultar Bermann (s/d) e Coelho (2000).

et. al. (2013, s/n.), que também realizou entrevistas com a população atingida, os atingidos alegavam que:

(...) a um tempo atrás, passou um pessoal na minha região lá onde eu tenho um sítio, fincando uma estacas na estrada, então ao longo da estrada de terra foram fincadas algumas estacas e aí eu procurei saber com meus vizinhos e com rapaz que trabalha pra mim. Eles falaram que ficaram sabendo que era de um mineroduto que ia passar e aí o pessoal simplesmente fincou a placa do mineroduto na estrada. Então no primeiro momento, até o pessoal achou que ia passar na estrada, ao longo da estrada, aproveitando o leito da estrada. E eles não falaram nada com vocês? Nada, os produtores em nenhum momento foram procurados para serem informados do que se tratava, até porque como eles estavam fincando placa na estrada. Então a princípio eles não precisavam dar muita satisfação porque estava em via pública então ficou um negocio já desde o início meio sem comunicação.

Junto com as placas nas estradas, em algumas áreas rurais de Viçosa, vieram as invasões de propriedade. Segundo depoimento de um atingido que consta no relatório técnico produzido pela AGB/ Viçosa (2012, p. 18):

Aqui a empresa chegou invadindo, sem negociação, somente com um documento de posse via oficial de justiça. Aqui o mineroduto vai cortar quase todo o terreno e ao final será retirado um morro para que ele não impeça a pressão de bombeamento do mineroduto (...). A Ferrous entrou com um trator, derrubando a cerca e soltando o gado na estrada, realizou a sondagem e depois partiu deixando tudo destruído aqui. Quando cheguei aqui no dia seguinte foi que eu percebi a cerca no chão derrubada. Assustei com a situação e também porque minhas criações não estavam aqui e também com o rastro e as perfurações por causa das sondagens. Indignado, senti constrangido e humilhado pela situação que vi de invasão. Agora eu construí um portão eletrônico na minha propriedade para garantir que entra aqui quem eu quiser. E a Ferrous aqui não é bem vinda! (AGB, 2012, p. 18).

Ainda de acordo com um entrevistado em nossa pesquisa:

“(...) se é um ‘caninho’ que vai cortar minha casa, por que tem que fazer tanta coisa tanta indicação? Tem gente aqui que teve até assistente social na casa e psicóloga pra falar do mineroduto. Ué, mas num era um ‘caninho’? Foi quando começamos a perceber que era bem mais do que isso. Foi quando queríamos achar maneiras de enfrentar isso e defender nosso patrimônio. Quando vimos as placas e a invasão de propriedade ficamos indignados” (Atingido pelo mineroduto em Viçosa, Minas Gerais, 2012).

Nesse momento, podemos argumentar, foi quando surgiu o sentimento de indignação nos atingidos, quando eles perceberam que estavam sendo “enrolados” e que queriam achar maneiras de enfrentar o empreendimento.

Ainda sem saber muito como e o quê fazer, uma primeira articulação baseada nas relações de vizinhanças e locais começa a ser pensada, particularmente nas áreas atingidas no município de Viçosa. Essa articulação começa a demandar respostas dos poderes públicos municipal, estadual e federal sobre seus questionamentos e dúvidas. Nesse momento houve a aproximação de alguns atingidos com movimentos sociais da ZM, procurando apoio junto ao MAB e a sindicatos rurais.

Para além das incipientes articulações locais, houve também a demanda dos atingidos para que os poderes públicos dessem as devidas explicações do que “estava chegando”. Assim, um importante acontecimento que favoreceu a articulação regional dos atingidos com entidades de apoio e assessoria, foi a audiência pública da Comissão de Minas e Energia da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, ocorrida no mês de dezembro de 2011 em Viçosa. Foi nessa audiência que um movimento de resistência ao mineroduto começou a ganhar contornos e a articular estratégias institucionais e não institucionais para debater e combater os impactos socioambientais do mineroduto na região. Passamos a explorar essa etapa a partir de agora, quando começa a se delinear o movimento regional de resistência ao mineroduto na ZM.

Mas, é importante destacar que, até esse momento, estava se estabelecendo e explicitando um conflito ambiental com relação à implantação do mineroduto na ZM, uma vez que os atingidos, mesmo que ainda não articulados coletivamente num movimento de resistência, começam a acionar instâncias jurídicas (o *habitus* institucional, como salientou Bourdieu [2008]), através de representações individuais e políticas, pedindo explicações às suas dúvidas e questionamentos com relação aos impactos socioambientais do empreendimento. Ou seja, estavam postas as condições subjetivas iniciais para debater a disputa territorial no campo ambiental, conforme colocou Acselrad (2004b).

O mineroduto e a questão da água em Viçosa: articulando a re(ex)istência territorial

O ano de 2011 termina com muitas dúvidas, tais como: o que é um mineroduto de verdade? Quais os seus impactos socioambientais? Dentre outras questões atormentaram muitos dos atingidos. No entanto, o ano de 2012 seria mais profícuo para a construção e articulação da resistência na ZM. Nesse ano é que algumas das respostas a essas questões começam a aparecer e um movimento social de resistência ao empreendimento começa a tomar forma.

Com relação à questão sobre o que é um mineroduto, um atingido diretamente pelo empreendimento em Viçosa assumiu a tarefa de divulgar essa informação. Isto é, ele começa a mostrar aos atingidos, de uma maneira geral, quem era realmente esse “estranho que estava chegando”. Em todos os espaços públicos que a temática “mineroduto” se fizesse presente, lá estava ele com seus vídeos e imagens tentando convencer os presentes que não se tratava de um “caninho” de 45 cm como dizia os técnicos da Ferrous.

Tratava-se, na verdade, de uma faixa de terra de aproximadamente 200 m que ficaria sob domínio da empresa, para que com suas grandes máquinas pudesse instalar o mineroduto e, após isso, estaria restrita para uso agrícola. Essa área de 200 m, denominada de faixa de servidão, afetaria 65 propriedades em Viçosa, e aproximadamente 250 na microrregião como

um todo. Isso se considerarmos apenas os proprietários, pois sabemos que na ZM é muito comum relações de parceria, de meagem de terra, de colonato, etc.; e que por conta de uma visão patrimonialista do empreendedor, não os considera como atingidos e, portanto, podem não receber nada em detrimento de sua expropriação.

Além disso, o atingido mencionado acima também desmistificava a questão dos “Depósitos Controlados de Materiais Excedentes”, os popularmente conhecidos como “Bota Fora”.

Considerando que o duto subterrâneo servirá para transportar minério de ferro, isto é, uma massa muito densa, o duto não poderá ter inclinação maior que 15°. Em se tratando de ZM em que uma das principais características são os “Mares de Morros”, ou seja, um planalto fortemente dissecado, isso se torna um grande problema. Segundo o atingido:

Bom, se a terra do morro sai de um local, ela tem que ir pra outro. Ela não desaparece. Pra qual lado ele vai? Exatamente para cima de áreas que contêm nascentes ou outros cursos d’águas e que podem ser um problema no uso para irrigação e para os animais (Atingido pelo mineroduto em Viçosa, Minas Gerais, 2012).

Além disso, justamente pelo fato de não poder haver inclinação maior que 15° no mineroduto, a empresa planejou a sua passagem nas áreas mais baixas do relevo, ou seja, junto aos cursos d’água e áreas de nascentes das regiões afetadas, minimizando custos. Segundo dados do EIA/RIMA, só em Viçosa 30 nascentes serão atingidas. Já segundo laudo técnico da AGB/Viçosa (2012), esse número pode ser superior a 60 nascentes⁶.

Nesse ponto merece destaque o link feito por alguns atores sociais contrários ao empreendimento com a questão da falta d’água em Viçosa.

Havia a necessidade, por parte dos atingidos, de buscar argumentos concretos que impedisse a passagem do mineroduto na região, e, até então, o que havia eram especulações e dúvidas, oriundas do senso comum principalmente, sobre os impactos socioambientais do empreendimento. Nada de concreto, ou seja, técnico ou científico, argumentos mais aceitos no campo ambiental, que pudesse chamar a atenção das autoridades e da população urbana dos municípios afetados, que nem sabiam o que era o mineroduto por não estarem nas áreas “cortadas” por ele.

A partir de notícias dos jornais de Viçosa sobre a falta d’água em alguns bairros da cidade que o argumento concreto foi se fortalece entre os atingidos e que, posteriormente, teve o respaldo dos técnicos e pesquisadores (figuras 4, 5 e 6).

⁶ A AGB/Viçosa, através de um GT de Ambiente, fez um trabalho de mapeamento das nascentes na bacia do ribeirão São Bartolomeu, principal manancial que abastece Viçosa (a demanda por esse trabalho será descrita mais à frente no texto). Só nessa bacia foram encontradas 60 nascentes que seriam atingidas pelo mineroduto. Se fosse mapeada toda a área do município de Viçosa que é atingida, esse número seria bem maior, já que se trata de uma região rica em recursos hídricos. Para detalhes desse trabalho ver AGB (2012).



Página
**Ferrous
garante que
mineroduto
não atingirá
nascentes**

Figuras 4, 5 e 6: Reportagens de capa dos jornais de Viçosa e região sobre o problema da falta d'água em alguns bairros da cidade e da necessidade de estabelecer estratégias para enfrentar o problema, bem como nota do empreendedor dizendo que não afetará nascentes no município. Fonte: CACM; AGB, 2012.

O município de Viçosa tem como fonte de abastecimento de água a microbacia do rio do São Bartolomeu e a do rio Turvo Sujo. O ribeirão São Bartolomeu configura-se como principal fonte de abastecimento da cidade, pois, atualmente, abastece cerca de 65% do município e fornece 100% da água utilizada pela UFV(AGB, 2012). Destaca-se que o ribeirão São Bartolomeu é o responsável pelo abastecimento dos bairros altos de Viçosa que já veem sofrendo com falta d'água em determinados períodos do ano, como apontado nas figuras.

Em meio a esse cenário que a relação entre o mineroduto e o problema da falta d'água em Viçosa foi construída.

Os atingidos perceberam que os impactos socioambientais envolvendo a construção do mineroduto ultrapassavam os limites do rural, isto é, que caso o empreendimento fosse implantado, a população da cidade sofreria consequências diretas que envolvia o risco de desabastecimento público de água e a vulnerabilidade social de algumas populações da periferia, já que o projeto da Ferrous “corta” justamente as áreas de nascentes do ribeirão São Bartolomeu.

Assim, argumentamos que, junto ao primeiro momento subjetivista (embate discursivo) de estabelecimento do conflito ambiental, a questão da falta d'água em Viçosa passa a configurar o segundo momento do embate, o objetivista (embate territorial), corroborando a argumentação de Acselrad (2004b).

O link estabelecido entre o problema da água e o empreendimento minerário foi o estopim para o surgimento de um movimento de resistência ao mineroduto e em defesa do meio ambiente, visto para além das tradicionais áreas de preservação permanente, já que envolvia uma questão de saúde pública. Tratava-se, portanto, de uma questão (geo)política.

A partir dessa relação entre falta d'água e mineroduto, os atingidos começaram a articular reuniões para discutir a questão com os moradores dos bairros afetados pelo desabastecimento, com especialistas em recursos hídricos na UFV e com comunidades de outros municípios afetados pelo empreendimento. Várias reuniões (figura 7) envolvendo os

atingidos das áreas rurais de Viçosa, os moradores dos bairros altos e também de outras localidades rurais da microrregião de Viçosa foram realizadas para articular o discurso público dos atingidos contra o empreendimento.

É importante destacar que, nesse momento, outros atores sociais já tinham assumido o compromisso em defesa da água: Paróquia de Nossa Senhora de Fátima, Associações de Moradores de bairros urbanos e rurais, ativistas viçosenses, projetos da UFV, Levante Popular da Juventude, vereadores viçosenses, dentre outros.

Esse veio a ser, portanto, o contexto perfeito para a apresentação pública de um movimento social contrário ao mineroduto, pois tanto a esfera subjetiva quanto a objetiva estavam articuladas em prol da defesa da água.

Nas reuniões de bairro e nas comunidades rurais da ZM foram articuladas várias estratégias para enfrentamento do empreendimento, dentre elas destacamos quatro: construção de uma Assembleia Popular (AP); requisição de uma audiência pública com o ministério público; manifestação nas ruas de Viçosa e Belo Horizonte; e entrega à Ministra dos Direitos Humanos dos materiais produzidos pela CACM sobre violação dos direitos humanos e mineroduto.

A Assembleia Popular em Viçosa

As demandas pela construção da AP, para discutir com a população suas aflições, incertezas e medos com relação ao empreendimento, surgiram a partir das reuniões nos bairros de Viçosa e também da articulação e agregação de mais atores sociais à luta. A partir dessa demanda uma comissão envolvendo atingidos diretamente pelo mineroduto, moradores dos bairros altos de Viçosa, movimentos sociais da ZM e assessores foi formada para construir a proposta.

Após o processo de discussão do formato e da função da AP, a data para a realização da mesma em Viçosa foi marcada: 05 de maio do ano de 2012 (figura 8).

Nessa aparição pública dos atingidos, direta e indiretamente, foram levantadas muitas questões ainda sem respostas com relação à implantação do empreendimento na ZM. Mas, para além do objetivo de apresentar respostas aos questionamentos, a AP teve a intenção de dar visibilidade à insatisfação da população com relação com a vinda do empreendimento e de organizar a resistência. Nesse espaço foi que os atingidos conhecerem outras organizações sociais, estabeleceram estratégias e ações coletivas e de formação política; e definiram as palavras de ordem do movimento de resistência que estava se constituindo: “Viva as águas, fora Ferrous!” e “A água vale mais que o minério”.

Portanto, argumentamos que foi com a AP, especialmente, que a CACM foi ganhando nome e formato.



Figuras 7 e 8: Reuniões com atingidos de outras localidades e AP na Câmara Municipal de Viçosa. Fonte: Blog CACM, 2012.

Manifestação pública nas ruas de Viçosa

Um dos principais encaminhamentos tirados na AP foi o da “aparição” pública dos atingidos direta e indiretamente pelo mineroduto. Ou seja, a CACM já definida como um movimento social⁷ considerou importante mostrar à população que existia resistência ao empreendimento e que essa exigia respostas aos seus questionamentos e, principalmente, que exerciam seu direito de dizer “não”, de afirmar que: “não queremos o mineroduto como forma de desenvolvimento para a ZM”. Nesse contexto, foi organizada uma manifestação pública em Viçosa, agregando atingidos, estudantes, atores sociais que apoiavam a causa e assessores, conforme figura 9 abaixo. Ou seja, articula-se uma estratégia objetivista de enfrentamento.



Figura 9: manifestação pública da CACM em Viçosa, 2012. Fonte: Blog CACM, 2012.

A Audiência pública com os Ministérios Público Estadual e Federal

A partir da manifestação pública em Viçosa, ocorrida no dia 26 de maio de 2012, outras estratégias de enfrentamento foram articuladas.

⁷ Ilse Scherer-Warren definiu movimento social como “(...) redes sociais complexas, que transcendem organizações empiricamente delimitadas e que conectam, de forma simbólica, solidarística e estratégica, sujeitos individuais e atores coletivos, que se organizam em torno de identidades ou identificações comuns, da definição de um campo de conflito e de seus principais adversários políticos ou sistêmicos e de um projeto ou utopia de transformação social” (SCHERER-WARREN, 2012, p. 21).

Uma que merece destaque foi a de construir uma argumentação técnica contrária ao mineroduto, baseada na questão da água em Viçosa.

Havia, mais uma vez, a necessidade de articulação discursiva subjetiva, no sentido colocado por Acselrad (2004b), em que a preocupação com o desabastecimento levantada pelos atingidos se tornasse um argumento técnico-científico. Essa estratégia foi pensada para dar “peso” à resistência na esfera jurídica, levantando informações que possuíssem respaldo técnico no campo ambiental.

Assim, em meados do ano de 2012, foi constituído um Grupo de Trabalho (GT) na AGB/Viçosa para consubstanciar essa proposta. Esse GT teve a intenção de “(...) levantar, diagnosticar e estudar uma série de informações relativas ao processo da construção do mineroduto, com foco especial nos impactos sobre os recursos hídricos na bacia do ribeirão São Bartolomeu no município de Viçosa e socioeconômicos em âmbito microrregional” (AGB, 2012, p. 5), municiando a CACM com argumentos técnicos contrários ao empreendimento, através da contestação das informações contidas no EIA/RIMA do mineroduto.

Nesse estudo, a AGB/Viçosa concluiu que:

Concluimos que, (...), os dados levantados no EIA do empreendimento não foram elaborados de forma qualitativa, mesmo sendo considerado o principal rio que abastece o município de Viçosa, que cumpre um papel fundamental tanto pelo aspecto ambiental como pelo aspecto social através do abastecimento da população que a utiliza para fins diversos. Com isso, entendemos a abrangência do estudo como sendo insuficiente para avaliar os impactos do empreendimento e suas implicações, sobretudo pela falta de informações disponibilizadas nos sites de domínio público, revelando que não foram feitos estudos e trabalhos de campo detalhados nas localidades ameaçadas pelo mineroduto.(...) Segundo os trabalhos de campo realizado pela AGB, ficou concluído que caso o mineroduto cruze as áreas onde estão previstas, esse fato aumentará o de risco de diminuição da quantidade da vazão da água do Ribeirão São Bartolomeu e para a cidade, ocasionando conflitos de matrizes diversas. Assim, diante do cenário de dependência da população viçosense das águas do rio São Bartolomeu, argumenta-se, a partir desse relatório, que esse empreendimento é inviável no município de Viçosa, devido ao risco que o mesmo traz com relação ao abastecimento hídrico local (AGB, 2012; p. 38 - 39).

Com esse argumento técnico em mãos e ainda com os questionamentos sobre os impactos socioambientais do empreendimento na ZM, a CACM se articula no sentido de buscar apoio junto ao Ministério Público Estadual (MPMG) para evidenciar as pendências no licenciamento ambiental e as violações dos direitos humanos na ZM.

Nesse sentido, foi demandada a realização de uma audiência pública do MPMG em Viçosa para averiguar essas denúncias. O MPMG apoiou a demanda dos atingidos, realizando a audiência no dia 12 de julho de 2012, reunindo as procuradorias estadual e federal, atingidos,

movimentos sociais e assessores da CACM, técnicos da UFV, representantes dos poderes públicos locais, dentre outros atores sociais (figura 10).



Figura 10: Audiência pública com o MPMG e MPF em Viçosa-MG. Fonte: Blog CACM, 2012.

Na ocasião, todos os atingidos foram convidados para expor suas situações. Foi um momento de ouvir a população. Segundo fala de um militante do MAB na audiência:

O rio não está à venda. Uma pergunta tem que ser feita: para quê e para quem é este cano? Observando a postura da empresa, sabemos que para os trabalhadores é que não é. Por isto precisamos expandir e fortalecer a Campanha pelas Águas e contra o mineroduto que não pode ser mais apenas em Viçosa, mas em todas as cidades que estão no trajeto (CACM, 2012).

Além dos atingidos, a AGB/Viçosa e demais técnicos apresentaram seus argumentos sobre a questão da água e também sobre a violação dos direitos humanos na microrregião de uma forma geral. Nessa audiência foi “colocado pra fora” todo o sentimento de indignação da população com o empreendimento.

Além disso, como estava presente na audiência o Ministério Público Federal (MPF), pois se trata de um empreendimento que ultrapassa os limites do território de MG, este foi o foco de algumas demandas urgentes da CACM quanto ao licenciamento ambiental do mineroduto.

Observando a gravidade da situação e do conflito explícito, o MPF argumentou ser necessária a cassação da LP do empreendimento para que essas dúvidas e pendências fossem resolvidas. Para isso, a procuradora da república responsável encaminhou, a partir dos materiais produzidos pela CACM e assessores, uma recomendação de cancelamento da LP junto ao IBAMA, evidenciando, mais uma vez, a construção de uma articulação subjetiva no campo ambiental.

Manifestação nas ruas de Belo Horizonte e na sede do IBAMA

Apesar das expectativas da CACM com relação ao deferimento do pedido encaminhado pela procuradoria da república, este não se concretizou. O IBAMA indeferiu o pedido alegando que a Ferrous tinha feito todos os estudos necessários e que, até então, nada impedia a continuidade do processo. Além disso, esse órgão federal também deslegitimou as denúncias

do MPF, alegando que a Ferrous já tinha se pronunciado e que estava tomando as medidas cabíveis com relação aos problemas apresentados. Mais do que isso, o IBAMA prolongou o período de vigência da LP do mineroduto.

No entanto, apesar dessa resposta negativa do IBAMA, a CACM não se calou. Pelo contrário, as mobilizações acentuaram-se, bem como as formações políticas. Outros atores de vários municípios foram agregando-se e novas estratégias pensadas para manter a resistência. Entre elas destacamos a manifestação, em Belo Horizonte, na sede do IBAMA, no dia 24 de abril de 2013, com o objetivo de mostrar claramente o descontentamento com o pronunciamento desse órgão com relação ao pedido do MPF, que traduzia a demanda popular dos atingidos (figuras 11 e 12).



Figuras 11 e 12: manifestação da CACM em Belo Horizonte, na sede do IBAMA; e cartazes na entrada junto com dinâmicas e das palavras de ordem da CACM. Fonte: Blog CACM, 2013.

Segundo dados da CACM, estiveram presentes cerca de 100 pessoas, entre atingidos direta e indiretamente pelo mineroduto, assessores e movimentos sociais que apoiam a campanha. De acordo com um dos atingidos que esteve presente em Belo Horizonte:

Queremos que o IBAMA nos atenda e realize o processo para anulação da licença prévia, assim como o cancelamento de todo o processo de licenciamento ambiental como já solicita a recomendação do Ministério Público Federal em setembro do ano passado, se a procuradoria já solicitou há tanto tempo porque o Instituto não atendeu até agora? (Atingido pelo mineroduto, Viçosa-MG, 2013).

Entrega à Ministra dos Direitos Humanos dos materiais produzidos pela CACM

Em relação à entrega dos documentos produzidos pela CACM à ministra Maria do Rosário Nunes, no dia 16 de maio de 2013, o movimento estrategicamente aproveitou sua vinda à UFV para realizar palestra de abertura do ano letivo e a recebeu com protestos e pedidos de apoio com relação aos direitos humanos violados pela Ferrous na microrregião de Viçosa (figuras 13 e 14). O Argumento usado pela CACM foi o de tentar, mais uma vez, articular um discurso na esfera institucional federal que apoie os atingidos, conforme colocações de um entrevistado e expostas através do Blog da CACM:

Aproveitamos a vinda da ministra para solicitar uma intervenção direta da Secretaria de Direitos Humanos no processo de licenciamento ambiental do mineroduto da Ferrous. É inadmissível, depois de tantas denúncias e laudos técnicos comprovando a inviabilidade do empreendimento, o IBAMA prosseguir com o processo concedendo recentemente a prorrogação da licença prévia. Exigimos que a recomendação protocolada pelo Ministério Público Federal em setembro de 2012 seja acatada e o processo de licenciamento cancelado devido às sistemáticas violações de direitos e impactos socioeconômicos não mensurados (CACM, 2013)



Figuras 13 e 14: Manifestação contra o mineroduto na UFV na ocasião da vinda da Ministra dos Direitos Humanos; e entrega pela CACM à Ministra das denúncias e relatórios sobre violações de direitos humanos e impactos socioambientais do mineroduto na microrregião de Viçosa. Fonte: Blog CACM, 2013.

O momento atual: Ferrou e a CACM

A Ferrous, diante desse contexto, continua com suas investidas na ZM. Porém, atualmente, ela busca novas estratégias, tanto subjetivas quanto objetivas junto a técnicos especialistas, aos poderes públicos nas suas diversas esferas governamentais e à população atingida. Da mesma forma, podemos dizer que a CACM caminha com suas estratégias de resistência, lançando mão de táticas tanto subjetivas, na esfera discursiva e judiciária municipal, estadual e federal, quanto objetivas, como passeatas, assembleias, mobilizações, etc.; lutando em prol das águas e contra o mineroduto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos dizer que a resistência conduzida pela CACM e aliados foi um sucesso? Creio ser cedo para afirmar que sim. No entanto, é possível dizer que a resistência atrapalhou os planos imediatos da Ferrous que pensava poder agir em um território “sem dono”, já que em pronunciamento público no site do Sinferbase - Sindicato Nacional da Indústria da Extração de Ferro e Metais Básicos - (SINFERBASE, 2013), ela declara que vai “atrasar” seus planos em relação à instalação do mineroduto. Este será rediscutido somente no ano de 2016.

Esse cenário deve ser avaliado pela CACM, pois, como Rothman *et. al.* (2011) observaram, essa pode ser mais uma estratégia do empreendedor no sentido de “esfriar” a resistência, já que processos de mobilização em movimentos sociais em situações de conflitos ambientais tendem a não ser lineares. Assim, esse aparente “desinteresse” da Ferrous com relação à

implantação do mineroduto pode representar mais um desafio à resistência do que uma comemoração antecipada da vitória.

Como deixamos claro no início do trabalho, não temos a intenção de indicar resultados definitivos sobre os conflitos ambientais e a resistência contra o mineroduto na ZM. O que podemos dizer é que esse é um tema que merece mais atenção de pesquisadores, considerando que no contexto de internacionalização da economia brasileira, os minerodutos de grande porte estão em processo de expansão no país e que são relativamente poucos estudos sobre os impactos socioambientais desses projetos.

Assim, esse trabalho levanta questões que serão desenvolvidas em análises posteriores, tais como: quais as especificidades dos impactos socioambientais de empreendimentos de infraestrutura do tipo mineroduto? Quais desafios esses empreendimentos apresentam para organização da resistência da sociedade civil? Em que medida as articulações de resistência da CACM podem ser consideradas como produtoras de novas territorialidades? Como as diferentes escalas geográficas foram construídas para articular subjetivamente e objetivamente a resistência ao empreendimento? Os processos de mobilização contrários ao empreendimento na ZM preconizam um projeto de transformação social alicerçados em novas propostas de desenvolvimento? Quais as potencialidades e alcances das ações da CACM?

Esses e outros questionamentos fazem parte dos desafios que temos à frente, tanto políticos como técnico-científicos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, H. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: ACSELRAD, H. (org.) *Conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll, 2004a. p. 13 - 35.

ACSELRAD, H., Justiça ambiental: ação coletiva e estratégias argumentativas. In: ACSELRAD, H; PÁDUA, J. A; HERCULANO, S. (orgs.). *Justiça ambiental e cidadania*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004b. p. 23 - 39.

ACSELRAD, H; PÁDUA, J. A; HERCULANO, S. Apresentação. In: ACSELRAD, H; PÁDUA, J. A; HERCULANO, S. (orgs.). *Justiça ambiental e cidadania*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004. p. 9 - 21.

ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS (AGB), *Relatório sobre os impactos socioambientais do mineroduto da Ferrous na microrregião de Viçosa-MG*. Seção Local Viçosa, Viçosa - MG, 2012. 56f. Disponível em: http://www.agb.org.br/2012/documentos/2012/relatorio_AGB_ferrous.pdf. Acesso em: 12 de março de 2013.

BERMANN, C. *A ilusão da energia no Vale do Ribeira*. s./l., s./d. (Mimeo).

BRANDT MEIO AMBIENTE. *ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL (EIA) MINERODUTO FERROUS MINAS GERAIS, RIO DE JANEIRO E ESPÍRITO SANTO*. Parte 4. Diagnóstico ambiental do meio socioeconômico, 2010. Disponível em: <http://siscom.ibama.gov.br>. Acessado em: 20 de abril de 2012.

BOURDIEU, P. O campo científico. In: ORTIZ, R. (Org.). *Pierre Bourdieu*. São Paulo: Ática, 1983. pp. 124-155. (Sociologia, Grandes Cientistas Sociais - 39).

BOURDIEU, P. Que es lo que hace una clase social. Acerca de la existencia teórica y práctica de las clases. In: *Revista Paraguaya de Sociología*, nº 89, mar/abr. 1994.

BOURDIEU, P. *A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer*. 2º Ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

CAMPANHA PELAS ÁGUAS E CONTRA O MINERODUTO DA FERROUS. Associação dos Geógrafos Brasileiros elabora relatório sobre impactos socioambientais do mineroduto da Ferrous. Disponível em: <http://campanhapelasaguas.blogspot.com.br/>. Acesso em: 02 mar. 2013.

CAMPANHA PELAS ÁGUAS E CONTRA O MINERODUTO DA FERROUS. Campanha pelas águas entra com ação em defesa das águas. Disponível em: <http://campanhapelasaguas.blogspot.com.br/>. Acesso em: 03 mar. 2013.

CAMPANHA PELAS ÁGUAS E CONTRA O MINERODUTO DA FERROUS. Campanha pelas águas realiza ato no IBAMA. Disponível em: <http://campanhapelasaguas.blogspot.com.br/>. Acesso em: 03 mar. 2013.

CAMPANHA PELAS ÁGUAS E CONTRA O MINERODUTO DA FERROUS. Ministério público de MG e Procuradoria Geral da República realiza audiência pública para discutir impactos do mineroduto da Ferrous. Disponível em: <http://campanhapelasaguas.blogspot.com.br/>. Acesso em: 05 mar. 2013.

CAMPANHA PELAS ÁGUAS E CONTRA O MINERODUTO DA FERROUS. Ministra da Secretaria de Direitos Humanos recebe Campanha Pelas Águas. Disponível em: <http://campanhapelasaguas.blogspot.com.br/>. Acesso em: 02 mar. 2013.

CAMPANHA PELAS ÁGUAS E CONTRA O MINERODUTO DA FERROUS. Movimentos realizam Assembleia Popular contra o mineroduto da Ferrous. Disponível em: <http://campanhapelasaguas.blogspot.com.br/>. Acesso em: 05 mar. 2013.

CAMPANHA PELAS ÁGUAS E CONTRA O MINERODUTO DA FERROUS. População Viçosense na marcha pelas águas e contra o mineroduto. Disponível em: <http://campanhapelasaguas.blogspot.com.br/>. Acesso em: 05 mar. 2013.

CARNEIRO, E. J. Política ambiental e a ideologia do desenvolvimento sustentável. In: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K.; PEREIRA, D. B. (Orgs.) *A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 27 - 48.

COELHO, M. C. N. Política e gestão ambiental (des)integrada dos recursos minerais na Amazônia oriental. In: COELHO, M. C. N. et al. (orgs.). *Estado e políticas públicas na Amazônia: gestão de recursos naturais*. Belém-PA: Cejup: UFPA-NAEA, 2000. p. 117-170.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Ed. Atlas. 2002.

GONÇALVES, C. W. P. *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. 3º Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

HAGUETTE, T. M. F. *Metodologias qualitativas na sociologia*. 3 ed., Petrópolis: Vozes, 1992.

HARVEY, D. *O novo imperialismo*. 2º Ed. São Paulo: Loyola, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Agropecuário*, 2006.

LASCHEFSKI, K. Licenciamento e equidade ambiental: as racionalidades distintas de apropriação do ambiente por grupos subalternos. In: ZHOURI, A (org.). *As tensões do lugar: hidrelétricas, sujeitos e licenciamento ambiental*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. p. 21 - 59.

LASCHEFSKI, K; COSTA, H. S. de M. Segregação social como externalização de conflitos ambientais: a elitização do meio ambiente na APA - sul, região metropolitana de Belo Horizonte. *Ambiente e Sociedade*. Campinas, v. XI, n. 2, jul-dez, 2008. p. 307-322.

MARTINS, J. de S. *A chegada do estranho*. São Paulo: HUCITEC, 1991.

ROTHMAN, F. D. MAGNO, L; DELESPOSTE, A. G. Na certeza de que a luta continua: a histórica resistência às barragens na comunidade rural Casa Nova, município de Guaraciaba-MG. In: ZHOURI, A. (org.) *As tensões do lugar: sujeitos, hidrelétricas e licenciamento ambiental*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. p. 239 - 271.

ROUSE, D. N. dos S; OLIVEIRA, M. L. R; FONSECA, B. C. Conflitos ambientais na implantação do mineroduto da Ferrous: a percepção dos atores sociais sob suas causas e desdobramentos. *Revista do Departamento de Geografia da USP*, 2013 (no prelo).

SANTOS, M. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. São Paulo: Editora Record, 2004.

SINDICATOS NACIONAL DA INDÚSTRIA DA EXTRAÇÃO DO FERRO E METAIS BÁSICOS – SINFERBASE. Ferrous investe U\$\$ 1,2 bilhões em projetos de minério em Minas Gerais. Disponível em: <http://www.sinferbase.com.br/noticias.php?id=2981>. Acessado em: 02 fev. 2013.

SCHERER-WARREN, I. *Redes emancipatórias: nas lutas contra a exclusão e por direitos humanos*. Curitiba: Appris, 2012. (Coleção Ciências Sociais).

ZHOURI, *et al.* Uma sociologia do licenciamento ambiental: o caso das hidrelétricas em Minas Gerais. In: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K.; PEREIRA, D. B. (Orgs.) *A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.p. 89-117.